

PARECER DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTAS DE GESTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20/2015 – ANEXO VII (ART. 11)
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
PALMITOS
EXERCÍCIO DE 2017

INTRODUÇÃO

O presente Parecer é o instrumento produzido pelo Órgão Central de Controle Interno da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos**, entidade jurisdicionada do TCE/SC, acrescido ao final do respectivo Certificado, ambos relativos ao exame da prestação de contas de gestão de 2017, em atendimento ao disposto no Art. 11 da IN TC nº 20/2015.


O Controle Interno de Palmitos foi criado pela Lei Complementar Municipal nº 001/2003 de 26 de novembro de 2003. Na sua atuação independente vem contribuindo para que o município e seus gestores alcancem os mandamentos constitucionais fixados no Caput do seu Art. 37: legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Feitas essas considerações, passamos ao nosso parecer.

PARECER

1. O Órgão Central de Controle Interno de Palmitos/SC, em atendimento às exigências legais, notadamente o Art. 11 da Instrução Normativa nº 20/2015, de 31 de agosto de 2015, Constituição Federal, Constituição Estadual e regulamentação própria deste município, para fins da Prestação de Contas do exercício de 2017, da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos**, após análise do Relatório de Gestão a ele submetido, **é de parecer pela Aprovação das Contas da Gestão da Sra. Leda Maria Matte Perin, Secretária Municipal de Assistência Social, relativas ao exercício de 2017**, para todos os fins legais.
2. Adicionalmente, o Coordenador do Sistema de Controle Interno a vista dos Relatórios Contábeis de 2017 (Balanço Anual), da Unidade Gestora, considera integros e confiáveis os demonstrativos e demais peças contábeis que compõe o Balanço de 2017, os quais representam adequadamente as mutações financeiras, patrimoniais, orçamentárias e legais ocorridas no período, compatibilizadas com o PPA, LDO, LOA e seus créditos adicionais.
3. A opinião supra, está consubstanciada na apreciação do Relatório de Gestão Anual e no Balanço Anual, relativamente no exercício financeiro 2017, produzido pela administração e seus colaboradores segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais de cada setor.
4. Este parecer não elide nem respalda irregularidade não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais, tanto pelo Tribunal de Contas do Estado como da Câmara Municipal de Vereadores.

Palmitos SC, 22 de fevereiro de 2018.


Silvana Salete Bonometti Caumo
Coordenador de Controle Interno